



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

AVULSO

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 18 DE ABRIL DE 2006

ANO XXXI

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PMDB

ELIO RUSCH

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK

5º Secretário - PMRB

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Dobrandino da Silva
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PTB Carlos Simões
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Ademar Traiano
PMDB Antonio Anibelli
PT Ângelo Vanhoni
PDT Luiz Carlos Martins
PPS Waldir Leite
Bloco Parlamentar PTB/PL/PMRB Jocelito Canto
Bloco Parlamentar PP/PSB Cida Borghetti

Representação Partidária

PMDB - 14: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca - Vandereli Iensen; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 02: Cida Borghetti - Duílio Genari; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PMRB** - 01: Pastor Edson Praczyk

AVULSO

SUMÁRIO

Proposta de Emenda Constitucional.... 02

Proposta de Emenda Constitucional

PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL PROPOSIÇÃO Nº 027/06

Art. 1º O artigo 27 da Constituição Estadual do Paraná passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:

§ 17. Fica vedada a nomeação, para cargo em comissão, de cônjuge, parente, consanguíneo, por adoção ou afim, em linha reta ou colateral, até o segundo grau, no âmbito de qualquer dos Poderes do Estado do Paraná e dos Municípios, indicados no artigo 7º desta Constituição e das instituições do Ministério Público e o Tribunal de Contas do Estado.

I - do Governador, do Vice-Governador de Estado e dos Secretários de Estado;

II - do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais;

III - dos Deputados Estaduais;

IV - dos Vereadores;

V - dos Conselheiros do Tribunal de Contas e Auditores Substitutos de Conselheiros do Tribunal de Contas;

VI - dos Desembargadores ou Juízes de Direito;

VII - dos Serventuários da Justiça, dos foros judicial e extrajudicial;

VIII - do Chefe do Ministério Público do Estado, Procuradores e Promotores de Justiça.

§ 18. É vedada a investidura de Deputado Estadual, de Vereadores e das pessoas que com estes possuam vínculos de parentesco, na forma indicada no *caput* do parágrafo 17, nos cargos de Secretário de Estado, de Secretário Municipal e de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado.

Art. 2º Esta emenda entra em vigor em 1º de janeiro de 2007.

MENSAGEM Nº 021/06

Curitiba, 22 de março de 2006.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa, em conformidade com o artigo 64, inciso II da Constituição Esta-

dual, para ser apreciada por essa augusta Assembléia Legislativa, a inclusa proposta de Emenda Constitucional que objetiva acrescentar os parágrafos 17 e 18, ao artigo 27 da Constituição Estadual, conforme a justificativa abaixo:

Alguns representantes dessa Casa de Leis encaminharam para apreciação a Proposição nº 40/05, por meio da qual sustentam deva ser examinada no âmbito estadual proposta de Emenda Constitucional, pela qual o Legislativo Estadual estaria a dar exemplo para a nação, combatendo a prática do nepotismo.

A questão é polêmica e deve ser tratada com a devida seriedade.

Etimologicamente, nepotismo deriva do latim *nepos*, *nepotis*, significando, respectivamente, neto, sobrinho, *Nepos* também indica os descendentes, a posterioridade, podendo ser igualmente utilizado no sentido de dissipador, pródigo, perdulário e devasso.

A divulgação do vocábulo (ao qual foi acrescido o sufixo ismo), no sentido hoje difundido em todo o mundo, em muito se deve aos pontífices da Igreja Católica. Alguns papas tinham por hábito conceder cargos, dádivas e favores aos seus parentes mais próximos, terminando por lapidar os elementos intrínsecos ao nepotismo, que, nos dias atuais, passou a ser associado à conduta dos agentes públicos que abusivamente fazem tais concessões aos seus familiares.

O neopotismo, em alguns casos, está relacionado à lealdade e à confiança existente entre o benemérito e o favorecido, sendo praticado com o fim precípua de resguardar os interesses daquele. Essa vertente foi percebida na conduta de Napoleão, que nomeou seu irmão, Napoleão III, para governar a Áustria, que abrangia a França, a Espanha e a Itália. Com isto, em muito diminuía as chances de uma possível traição, permitindo a subsistência do império napoleônico. Em outras situações, o benemérito tão somente beneficia determinadas pessoas a quem é grato, o que, longe de garantir a primazia de seus interesses, busca recompensá-los por condutas pretéritas ou mesmo agradá-las. Como ilustração, pode ser mencionada a conduta de Luiz XI, que presenteou sua amante Ana Passeleu com terras e até com um marido (João de Brosse), o que permitiu fosse elevada à nobreza.

Para outros, a expressão derivada de *nepos*, espécie de escorpião, cujas crias, assentando-se sobre o dorso materno, devoram-no pouco a pouco.

Conforme San Isidoro, em suas etimologias, tem-se por *nepos* aqueles que dilapidam os bens de seus parentes, também denominados *nepotes*. *Nepotatio*, então, vem a ser o ato de gastar, abusivamente, o dinheiro dos pais (Joaquin Gonzales Cuenca, Las Etimologias de San Isidoro Romanceadas, Salamanca, Ed. Universidad de Salamanca, 1983, v. 1). Muito sugestiva é a observação feita por Samuel Pitiscus, em seu reputado Dictionnaire de Antiquités Romaines, Paris, 1766, v. 2: *NEPOS - dans les auteurs de la bonne latinité, ce mot se prend pour petit fils; mais dans les auteurs de la basse, il se*

prend pour Neveu: clétoit aussi un surnom commun à plusieurs Familles de Rome, surtout à celles des Metellus. On appelloit encore Nepotes, les gens perdus de débauche, & qui slétoient ruinés par leurs excès, par allusion san doute à lla coutume qu l ont les grands pères de gêter leurs petits fils. L1 Empereur Adrien ordonna des peines offlictives contre les dissipateurs de ce genre: il les faisoit fouetter publiquement au milieu de 11 Amphithéâtre, & après cela, on les laissoit aller ou ils vouloient.

Forma impura de governo na qual os governantes visam tão-somente o bem particular próprio e o dos parentes. Charles Aixkin o define como a prática pelo qual uma autoridade pública nomeia um ou mais parentes próximos para o serviço público ou lhes confere outros favores, a fim de promover o prestígio da família, aumentar a sua renda ou ajudar a montar uma máquina política, em lugar de cuidar da promoção do bem-estar público. O aspecto familiar distingue nepotismo dos termos mais amplos, porém intimamente relacionados, “pistolão” e empreguismo (Dicionário de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, FGV, 1986).

Nepotismo, em essência, significa favorecimento, situação bem diversa daqueles agentes que ostentem equilíbrio de caráter e que conseguem manter incólume a dicotomia entre o público e o privado, impedindo que sentimentos de ordem pessoal contaminem e desvirtuem a atividade pública que se propuseram a desempenhar.

O nepotismo poderá ser associado ao desvio de finalidade, o que demandará a análise do contexto probatório. O provimento de determinado cargo, ainda que sujeito à subjetividade daquele que escolherá o seu ocupante, sempre se destinará à consecução de uma atividade de interesse público.

Desse modo, quando houver um perfeito encadeamento entre a natureza do cargo, o agente que o ocupará e a atividade a ser desenvolvida, não se poderá falar em nepotismo. Só haverá essa prática de todo reprovável aos olhos da população, desde que apuradas as causas da nomeação, as aptidões do nomeado, a razoabilidade da remuneração recebida e a consecução do interesse público. Só pela aferição desses elementos é que o possível identificar a inadequação do ato aos princípios da legalidade e da moralidade, bem como a presença do desvio de finalidade.

Não é incomum, principalmente no atual momento político nacional, surgir na imprensa matéria denunciando o nepotismo de algum político. Também não é rara a idéia de algum parlamentar defendendo a proposição de norma legal proibindo a contratação de parentes, via de regra só com o propósito de obter aprovação da grande mídia e da incauta população.

O pressuposto dessa discussão é o de que alguns cargos de confiança, mesmo no serviço público, devem ser preenchidos sem a necessidade de concurso público. São cargos temporários, subordinados ao mandato do chefe. O contratado vai embora quando o contratante

perde o cargo. Não acredito que seja possível alguma defesa séria acerca da idéia de que um prefeito recém eleito, por exemplo, possa manter como seu chefe de gabinete ou secretário particular alguém que já estava no cargo com seu antecessor. Também não tem lógica alguma exigir que um cargo destes será preenchido através de concurso público.

Por causa disso mesmo que o sistema de governo presidencialista e democrático dá essa flexibilidade ao agente político, no sentido de só ter assessores de sua confiança, escolhidos por ele, é claro que dentro dos princípios de eficiência e de legalidade.

A campanha anti-nepotismo tenta combater o empreguismo desenfreado que assola Prefeituras, Câmaras, Assembleias e Tribunais brasileiros. É evidente também que há casos onde o excesso é prova da má-fé. Mas, é pouco provável que o critério de confiança e competência terminasse por escolher exclusivamente parentes para os cargos. Daí, a querer proibir a contratação de qualquer parente para qualquer cargo, vai uma longa distância.

Para o erário não faz a menor diferença se o contratado é o amante, vizinho ou colega de partido político (não-parentes) ou concunhado, primo-segundo ou tio (parentes). O que faz diferença é se ele é útil, competente, trabalha e cumpre horário ou só aparece para buscar o salário, seja parente ou não.

Proposta tal como a consubstanciada na PEC 40/05 não inibe em nada o empreguismo. Basta que um Deputado Estadual ou mesmo um Vereador (sequer contemplado na proposta) contrate o primo do outro e o outro a sobrinha do um e tudo estará resolvido.

Perdoem-me os moralistas de plantão, mas esta proposta é criticável.

Toda norma jurídica deve ter base e não simplesmente tentar coibir excessos. Não nomear parentes para cargos de confiança no serviço público me parece mais um bom conselho do que uma boa lei. Infelizmente, nem mesmo a legislação às vezes é capaz de substituir o bom senso.

Mas, não só porque o tema está sendo tratado com claro desvirtuamento daquilo que se considera nepotismo, outra consideração tenho a fazer.

Tramita no âmbito do Congresso Nacional emenda constitucional contendo finalidade similar, pelo que o correto seria se aguardar a sua votação para se pretender, aqui no âmbito do Estado do Paraná, disciplinar a matéria. É que se corre o risco de gerar legislação em contrariedade com aquela futura, cujo âmbito de incidência é maior e diverso.

De outra parte, para que se fale, abstratamente, em combater o nepotismo, em seu conceito correto, no sentido de que é instrumento de patrocínio de violação aos princípios da impessoalidade e da eficiência da Administração Pública, entendo que o tema deva ser abordado em todas as esferas de Poder.

A proposta de emenda dessa Casa de Leis, longe de ter algum conteúdo moralizador, dá ensejo, clara-

mente, ao chamado nepotismo cruzado ou mediante reciprocidade, pois trata da questão apenas no âmbito de cada Poder ou de cada instituição.

Por isso e em sendo o caso de se dar seguimento à tramitação da PEC 40/05, independentemente da cautela de se aguardar a votação e a promulgação daquilo que está âmbito do Congresso Nacional, tomo a liberdade de formular a inclusa Proposta de Emenda, o que faço na forma do artigo 64, 11, da Constituição Estadual, para que seja apensada àquela já em tramitação embrionária no âmbito da Comissão Especial.

Assim, a proposta de emenda que submeto à essa Casa de Leis é bem mais abrangente, no sentido de vedar a investidura em cargos em comissão de cônjuges, companheiros ou parentes, consangüíneos, afins ou por adoção, em linha reta ou colateral, até o segundo grau dos agentes públicos que relaciona, no âmbito de qualquer dos Poderes do Estado e dos Municípios indicados no artigo 7º desta Constituição, ou seja, o Poder Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como das instituições do Ministério Público e o Tribunal de Contas do Estado. Se

o que se quer é, enfim, vedar a contratação pura e simplesmente de parentes, que se faça isso em todas as esferas de Poder.

A proposição visa também evitar a burla das disposições, mediante investidura recíproca entre os Poderes do Estado, Municípios e das instituições do Ministério Público e Tribunal de Contas do Estado, pela indicação dos agentes públicos, apontados nos incisos do parágrafo 17 da proposta de emenda, daquelas pessoas com laços de parentesco.

Na mesma diretriz ética, a proposta veda a nomeação de Deputados Estaduais, de Vereadores e das pessoas que com eles mantenham parentesco até 2º grau, para cargos de Secretários de Estado, Secretário Municipal e de Conselheiro do Tribunal de Contas, vedação essa necessária e indispensável para não permitir favorecimento e submissões entre Poderes e, principalmente, no sentido de resguardar fielmente a independência dos mesmo.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

